

População tradicional e espaço protegido: contradições da qualidade socioambiental das comunidades Ribeirinhas da RDS do Tupé

Traditional population and protected area: contradictions of the environmental quality of riparian communities in the RDS Tupé

Duarcides Ferreira Mariosa*

Maria Virgínia Righetti Fernandes Camilo**

Edinaldo Nelson dos Santos Silva***

Resumo: Com base em autores que tratam das contradições da sociedade capitalista e da efetivação dos direitos sociais, o presente artigo pretendeu analisar as estruturas de suporte às atividades coletivas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, Manaus, Amazonas, para verificar em que medida as populações tradicionais têm acesso às condições mínimas de qualidade de vida no espaço ambientalmente protegido que ocupam. Trata-se de um estudo empírico de observação estruturada de aspectos quantitativos e descritivos das comunidades, cuja pesquisa de campo foi realizada entre 2010-2012, com o propósito de estabelecer a relação entre a localização específica das comunidades ribeirinhas da Reserva e o impacto que esta causa em suas condições de vida. O resultado da análise indicou que, no território estudado, encontram-se duas situações contraditórias: a “preservação” ambiental favorecendo classes sociais economicamente privilegiadas, ao mesmo tempo em que comunidades tradicionais enfrentam condições adversas de permanência no local, como problemas relacionados ao transporte e ao acesso a serviços sociais básicos.

Palavras-chave. Políticas sociais. Comunidades Ribeirinhas. Território.

* Possui Doutorado e Mestrado em Sociologia pela Unicamp, Especialização em Serviço Social e Gestão de Projetos Sociais e Graduação em Ciências Sociais. É Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Integrador Acadêmico das Faculdades de Biblioteconomia e Serviço Social da PUC-Campinas. É pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisas Biotupé - INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia). E-mail: duarcides@gmail.com.

** Possui Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Atualmente é Docente e Diretora da Faculdade de Serviço Social da PUC Campinas, do Instituto Superior de Ciências Aplicadas de Limeira, Editora da Revista da Universidade Estadual de Campinas, Serviço Social & Saúde e participa como pesquisadora do PROCAD PUC-SP. E-mail: chinacamilo@yahoo.com.br.

*** Possui doutorado em Ciências Biológicas (Zoologia) pela Universidade de São Paulo, com estágio no exterior no Museu de História Natural de Londres, Mestrado em Biologia de Água Doce e Pesca Interior pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Especialização em Zooplâncton como ferramenta para manejo de lagos pela Universidade de Gent-Belgica e Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Amazonas (1985). Atualmente é Pesquisador Titular III da Coordenação de Biodiversidade -CBIO/INPA e Professor orientador de mestrado e doutorado do curso de Biologia de Água Doce e Pesca Interior do INPA. E-mail: nelson@inpa.gov.br.

Abstract: Based on authors who deal with the contradictions of capitalist society and the realization of social rights, this article aims to analyze the support structures for collective activities in the Sustainable Development Reserve of Tupé, Manaus, Amazonas, to verify the extent to which traditional populations have access to the minimum conditions of quality of life in environmentally protected space they occupy. This is an empirical study of structured observation of quantitative and descriptive aspects of communities, whose fieldwork was carried out between 2010-2012, in order to establish the relationship among the specific location of the riparian communities of the environmental reserve and the impact of this on their living conditions. The result of the analysis indicated two contradictory situations in the territory studied: the environmental “preservation” favoring economically privileged social classes, while traditional communities face adverse conditions of permanence on local, such as transportation and access to basic social services.

Keywords. Social policies. Riparian Communities. Territory.

Recebido em: 13/02/2015. Aceito em: 23/05/2016.

Introdução

A Constituição Brasileira de 1988 mereceu a “alrunha” de “Constituição Cidadã” em virtude da inclusão de uma série de direitos sociais como direitos fundamentais (Oliveira e Oliveira, 2011). De modo abrangente, em seu Artigo 6º, o texto constitucional define a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados como direitos sociais para os quais o poder público deve criar condições para sua efetivação.

As questões de que tratam as políticas sociais, todavia, têm no território sua concretude e materialidade. Entende-se território como o espaço construído socialmente (FARIA, 2014). Nele estão presentes não apenas os elementos naturais do ambiente físico, tais como solo, vegetação, recursos hídricos, flora e fauna, mas também os equipamentos, as intervenções, as construções, as técnicas produzidas ou incorporadas nos “saberes” locais, as relações produtivas, as formas de comunicação e os vínculos de toda ordem que agregam os sujeitos. O território é antes uma relação percebida e praticada socialmente, mediada por elementos econômicos, políticos, culturais e sociais, ainda que assentada em componentes concretos de ordem geográfica (RAFFESTIN, 1993). O território, nesta perspectiva relacional, é “o chão das políticas sociais”,

como afirma Dirce Koga (2011). Ao se pensar na efetivação de direitos e benefícios sociais, deve-se observar que usuários e beneficiários ocupam um espaço físico próprio, onde mantêm relações que são determinadas pela estrutura econômica, política, social, ambiental e cultural particulares de um tempo, resultado da historicidade, das lutas, conquistas e contrastes dos interesses que o configuram.

Para avaliar a qualidade de vida de que desfrutam os ocupantes de determinado espaço socioambiental ou socioterritorial, dois conjuntos de forças precisam ser examinadas. De um lado, as variantes ambientais, como clima, solo, vegetação, ciclo das chuvas, temperatura, tipo de flora e fauna mais abundantemente encontrada numa determinada região. Essas variantes formam uma tipologia ecológica específica configurando, de um determinado modo, o meio natural ou o ambiente físico em que as práticas humanas vão se desenvolver. De outro lado, estão as técnicas, formas de relação e interação, padrões demográficos, estágio das forças produtivas, regras e normas de convivência que configuram o ambiente sociocultural, pois descrevem as práticas sociais presentes naquele meio. Forças histórico-sociais, portanto, que individualizam as comunidades, dando-lhes sua identidade e forma de configuração e tornando-os únicos (SILVA, 2000).

Territórios não são homogêneos, mas estruturalmente díspares. Para explicar hierarquias, disparidades e desigualdades entre territórios

deve-se, ainda, considerar o resultado da aplicação de dispositivos legais e constitucionais, práticas do mercado capitalista, políticas públicas e sociais insuficientes e/ou equivocadas e até mesmo recursos e valores simbólicos socialmente diferenciados (BRITO; SOUZA, 2005), isto é, um conjunto de elementos que estão materializados nas estruturas de suporte às atividades coletivas ou de apoio comunitário.

Ao processo de hierarquização dos territórios correspondem iguais processos de marginalização das comunidades humanas que os ocupam, frequentam ou habitam. Numa dinâmica fortemente competitiva, quando uma determinada configuração socioterritorial não apresenta atrativos suficientes e interessantes, quer seja para os investidores e os que alocam recursos e capitais, quer seja para os formuladores e gestores das políticas sociais, outros espaços são priorizados. No desenrolar histórico e do embate dessas forças sociais, ditas de mercado, enquanto alguns locais podem se tornar ilhas de excelência e prosperidade, outros se transformam em espaços limítrofes, territórios de transição ou apenas – o que marginaliza mais ainda – pontos de passagem, lugar de impossibilidades e carências para contingentes populacionais fragilizados. Eis a contradição: as mesmas forças que operam para gerar riqueza geram também a miséria, a exclusão, e a vulnerabilidade frente a diferentes fatores de risco à saúde, segurança e qualidade de vida.

A questão social, ou as contradições da sociedade capitalista, ocidental e moderna, da qual o Estado é o principal representante e agente, podem claramente ser observadas quando se examinam as comunidades ribeirinhas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS do Tupé), situada próxima a Manaus, Amazonas. Ali, o espaço ambientalmente protegido não garante a contrapartida de políticas sociais mínimas destinadas à população tradicional que nela habita. Se, por um lado, a condição de Reserva de Desenvolvimento Sustentável delimita as atividades econômicas que podem ou não ser realizadas, levando-se em consideração a preservação de seu estoque biótico e paisagístico, de outro, a proximidade de Manaus interfere no perfil populacional que apresenta. Curiosamente, a área da RDS do Tupé recebe tanto os “expulsos” da área urbana de Manaus, quanto os habitantes

das áreas florestadas em seu entorno, que são atraídos pelas oportunidades – ainda que extremamente limitadas – da localidade.

O espaço físico da RDS do Tupé é significativamente diferente para os dois grandes grupos populacionais que o frequentam ou nele habitam. De um lado estão os moradores e frequentadores eventuais, caso dos veranistas, que para ali se dirigem somente em finais de semana ou no período de férias; de outro, os moradores fixos, integrantes do que podemos chamar de povos e comunidades tradicionais. Para o primeiro grupo, o principal atrativo da RDS do Tupé é o valor paisagístico de suas praias, lagos, fauna e flora. Para o segundo grupo, os territórios que ocupam classificam-se também como tradicionais, pois são “necessários à reprodução cultural, social e econômica” destes povos, “sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (BRASIL, 2007, p.317).

O espaço da RDS do Tupé comporta, por isso, moradores que vivem e sobrevivem no “limiar de dois mundos” (FERNANDES, 2007): nem urbanos, nem rurais; nem da floresta, nem da cidade; nem do rio, nem das matas; mas de todos esses espaços, ao mesmo tempo, no mesmo lugar. Colocados entre o contraditório dinamismo tecnológico do polo industrial da metrópole manauara, de um lado, e as pressões ambientalistas para a conservação da floresta amazônica, de outro, são povos fronteiriços, territorialmente marginais e marginalizados, pobres e empobrecidos a reboque dos efeitos perversos da dinâmica geopolítica.

Da perspectiva da população tradicional, exclusivamente, a condição ambígua que vigora no território opõe duas situações igualmente importantes: a “preservação” dos meios tradicionais de existência e a necessidade de incorporar benefícios e garantias sociais a que fazem jus todos os cidadãos brasileiros, como garante o texto constitucional. Entre esses direitos, ressaltam-se as condições de mobilidade e acesso às comunidades, acesso à informação, ao fornecimento de energia elétrica, transporte adequado, saúde e educação, por exemplo, que são territorializados e oferecidos coletivamente aos moradores, beneficiários e/ou usuários desses serviços.

Mediante a utilização de dados originais, coletados em pesquisa de campo realizada entre 2010 e 2012, o objetivo do presente artigo é

examinar em que medida as estruturas de suporte às atividades coletivas existentes na RDS do Tupé oferecem às populações tradicionais acesso às condições mínimas de qualidade de vida no espaço ambientalmente protegido que ocupam.

Para a consecução desse objetivo, o texto inicia delineando teoricamente os principais elementos que levam às desigualdades na fruição dos direitos sociais, com especial ênfase à dinâmica da construção social do território. Na sequência, indica os procedimentos metodológicos utilizados para dimensionar os equipamentos, bens e serviços disponibilizados para uso da população residente nas comunidades ribeirinhas da RDS do Tupé. Na etapa seguinte, analisa os indicadores da qualidade socioambiental, resumidos no exame das estruturas de suporte às atividades coletivas, e discute as contradições presentes no cotidiano comunitário. Por fim, fundamentando-se nos resultados alcançados no estudo, ressalta a necessidade de examinar as consequências para as populações tradicionais das políticas desenvolvidas em espaços ambientalmente protegidos.

Procedimentos metodológicos para o estudo da qualidade socioambiental

O estudo das estruturas de suporte às atividades coletivas existentes na RDS do Tupé, a que se refere o presente texto, fundamenta-se em pesquisa de campo, cujos dados foram obtidos a partir da técnica de observação estruturada de aspectos quantitativos e descritivos das comunidades (MARCONI; LAKATOS, 2006). Tais dados foram analisados por procedimentos de estatística descritiva e sistematizados em tabelas e gráficos comparativos de médias e frequências. A interpretação e a discussão dos resultados seguiram a técnica de análise contextual, associando elementos quantitativos às condições sociais e culturais de sua produção (ALVES DA SILVA, 2013).

Os dados e informações apresentados são parte do projeto de pesquisa desenvolvido na área da RDS do Tupé por pesquisadores do Grupo de Pesquisa Biotupé, denominado “Caracterização socioeconômica, demográfica e ambiental da população residente na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, Manaus, Amazonas”, e coletados no período de 2010 a 2012. Nesta pesquisa, que contou com

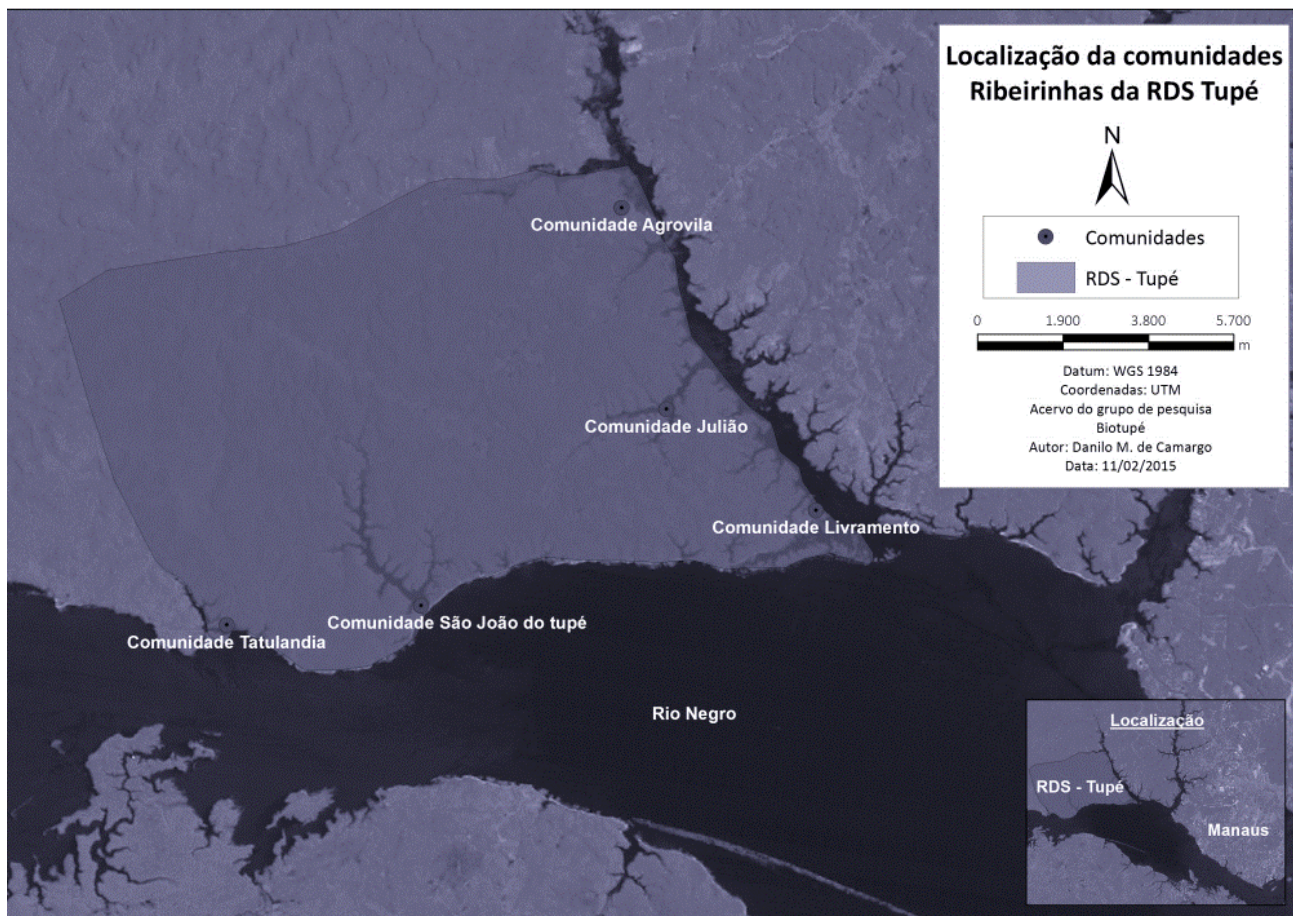
o apoio financeiro do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), recursos institucionais do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) e a participação de alunos e professores de diferentes instituições de ensino e áreas de formação, foram seguidos todos os parâmetros e orientações dadas pelo Comitê de Ética de Pesquisa.

A unidade de análise do estudo são as comunidades ribeirinhas inseridas na área da RDS do Tupé. Entende-se comunidade como a unidade territorial formada pelo conjunto de moradias, prédios e construções de uso coletivo, espaços comunitários, arruamentos, praças, cursos d’água, campos, sítios e unidades de plantio e que é reconhecida por seus ocupantes e por aqueles que as visitam como tal. Este critério sobrepõe-se a qualquer outra divisão territorial externa, descrita, por exemplo, em documentos públicos e mapas cartográficos, exceto quanto aos limites administrativos (IBGE, 2003).

A RDS do Tupé, Figura 1, ocupa uma região distante 25 km em linha reta do centro urbano de Manaus em direção oeste. Com área total de 11.973 hectares, foi transformada em Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (REDES do Tupé) em 2005. Antes havia sido declarada Unidade Ambiental do Tupé, em 1995, e Área de Relevante Interesse Ecológico, em 1990 (SANTOS-SILVA et. al., 2005, p. XII). Embora territorialmente extensa, somente cerca de 1800 pessoas mantêm residência fixa nas comunidades ribeirinhas.

A unidade territorial da RDS do Tupé é formada por seis comunidades internas, a saber: Tatulândia, São João do Tupé, Central, Julião, Livramento e Agrovila. Outras sete comunidades estão localizadas em seu entorno, ficando, por isso, sob a influência dos mesmos dispositivos legais que caracterizam a Reserva. São estas as comunidades Bela Vista, Costa do Arara, Baixote e Caióé, São Sebastião, Nossa Senhora de Fátima, Ebenezer e Tarumã-Açu (ANDRADE, 2011). A comunidade Central, embora situada no espaço interno da RDS do Tupé, não foi incluída no estudo em razão de não ser uma comunidade ribeirinha como as demais, mas um assentamento rural. Diante dessas observações, foram consideradas na pesquisa apenas as comunidades Tatulândia, São João do Tupé, Julião, Livramento e Agrovila.

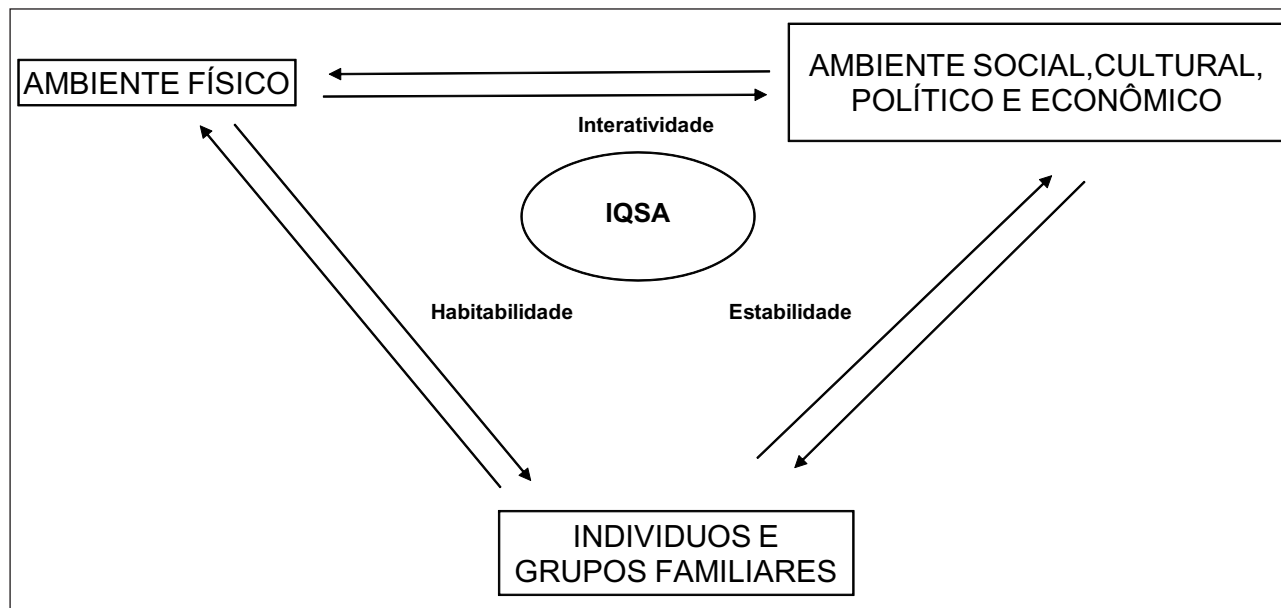
Figura 1 - Comunidades Ribeirinhas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, Manaus, AM. (Acervo do grupo de pesquisa Biotupé)



A interpretação dos referenciais de qualidade de vida no território, os elementos que os compõem e sua mensuração, neste estudo, estão dimensionados conforme os parâmetros propostos pela IQSA (Índice de qualidade socioambiental), cuja concepção teórica e metodológica foi tratada em detalhes em outro texto (MARIOSA et al., 2014). Em resumo, parte-se do pressuposto de que as forças componentes da qualidade socioambiental formam um sistema complexo construído e mediado por três principais conjuntos de fatores, como descrito na Figura 2. O ambiente físico é construído e modificado pela interação entre o ambiente natural e as forças sociais, presentes nas relações, envolvendo indivíduos, coletividades, técnicas, saberes e formas de organização. O espaço das relações, por sua vez, territorializa-se de acordo

com o modo como as forças sociais operam no ambiente físico. Sob o conceito de habitabilidade reúnem-se as variáveis descritivas das moradias e de seus elementos constituintes; à estabilidade correspondem as formas concretas que assumem os mecanismos de adaptação – sociais, políticos, ambientais, econômicos e culturais – dos moradores; e interatividade diz respeito à existência, qualidade e quantidade dos bens e serviços públicos disponibilizados, das práticas e atividades coletivas em uso na comunidade, e também da presença de equipamentos, estruturas e formas de apoio intra e intercomunidades. É sob o aspecto da interatividade que as estruturas de suporte à vida coletiva estão sendo consideradas neste estudo.

Figura 2 - Forças componentes da qualidade socioambiental (Figura elaborada pelos autores)



As condições de vida e existência dos moradores e frequentadores das comunidades ribeirinhas da RDS Tupé, em seus elementos de natureza eminentemente qualitativa, foram captadas através das técnicas de observação direta por questionário estruturado, preenchidos pela equipe de campo diretamente ou mediante entrevista com as lideranças de cada comunidade (BHANDARI, 2003; LIMA-COSTA; BARRETO, 2003). Para mensurar os aspectos da estrutura de suporte à vida no interior das comunidades foram escolhidas as variáveis transporte, educação, saúde, acesso à informação e energia elétrica pelas razões metodológicas que se seguem.

Em sua vida diária, as pessoas utilizam e constroem uma série de relações: com o espaço, com os vizinhos, com a comunidade, sem deixar de serem participantes ativos e passivos, ao mesmo tempo, da vida política, cultura, social e econômica do país. “Estruturas de suporte à vida coletiva”, na perspectiva aqui adotada, é uma variável analítica que descreve como as condições políticas, econômicas, sociais e culturais materializam-se em espaços ou territórios de relações sociais. Essa variável apresenta elementos que indicam a participação dos indivíduos e grupos

comunitários na riqueza coletiva e no acesso e usufruto de direitos sociais, os quais se mostram fundamentais para a fixação e permanência das populações nas comunidades. Na sociedade capitalista, entretanto, classes sociais acessam desigualmente bens e serviços, como saúde, educação, informação, saneamento, trabalho e expressão de sua cultura, e, ainda, os benefícios advindos da própria dinâmica social e que se expressam pelas condições de acesso a espaços de manifestações políticas e culturais, ao comércio de bens e artigos de consumo, locomoção, transportes e a dinâmica demográfica. Daí sua relação com o conceito de território aqui teoricamente explicitado e sua centralidade para a análise da atuação do Estado e suas contradições.

Para avaliar a qualidade socioambiental da população ribeirinha da RDS do Tupé, sob a expectativa do referencial de estruturas de suporte à vida coletiva, inicialmente construiu-se um instrumento de coleta de dados com as seguintes variáveis: condições de mobilidade e acesso às comunidades; acesso à informação, ao fornecimento de energia elétrica, ao transporte adequado e à saúde e educação, conforme descritas conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Resumo das variáveis independentes que compõem as estruturas de suporte às atividades coletivas, descrição de seu conteúdo e o peso relativo de cada resposta.

Variável	Informação contida
	Peso relativo das respostas às variáveis ótimo (10); bom (8); médio (6); regular (4); péssimo (2); ou inexistente (0)
CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ACESSO ÀS COMUNIDADES	Refere-se às condições de entrada e saída das comunidades durante o ano todo de/por: a) Indivíduos. Indica qual a dificuldade das pessoas alcançarem a região central das comunidades. b) Transporte coletivo. Se a comunidade é alcançada com facilidade por veículos de transporte coletivo. c) Carga. Grau de dificuldade para a carga ou descarga de grandes volumes. d) Via terrestre. Qualidade do acesso à comunidade por via terrestre. e) Via fluvial. Qualidade do acesso à comunidade por via fluvial.
ACESSO REGULAR AOS MEIOS DE VEICULAÇÃO DA INFORMAÇÃO	Diz respeito às possibilidades de acesso da comunidade a informações transmitidas pelos seguintes meios eletrônicos: a) Celular. Diz da possibilidade (10) ou não (0) da comunicação regular via aparelho de telefonia celular. b) Canais de TV aberta. Recebe com regularidade (10) ou não (0) sinais da maioria dos canais de televisão aberta. c) Internet. Tem acesso (10) ou não (0) a comunicação via internet por satélite, rádio ou formas semelhantes. d) Canais de TV paga. Recebe com regularidade (10) ou não (0) o sinal dos canais de televisão fechada ou paga. e) Telefone público. Frequentadores da comunidade tem a disposição (10) ou não (0) aparelhos de telefonia pública.
FONTE DE FORMECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	É a variável que descreve a principal forma de acesso ao fornecimento de energia elétrica na comunidade, nas seguintes opções: a) Concessionária. O fornecimento de energia elétrica é feito (10) ou não (0) por uma concessionária de serviços. b) Comunitária. A fonte da energia oferecida pela comunidade é a própria comunidade (10) através da associação de moradores ou escola ou não (0). c) Individual. O acesso à energia elétrica só é possível individualmente (5) através de geradores particulares, ou nem isso existe na comunidade (0).
DISPONIBILIDADE DE TRANSPORTE ADEQUADO	Condições e estrutura dos equipamentos coletivos disponíveis para o trânsito ou locomoção de pessoas nas comunidades avaliados quanto: a) Regularidade. Existem (10) ou não (0) linhas regulares de transporte. b) Custo. O custo pago pelos passageiros é considerado pela população como acessível (10); regular (05) ou caro (0). c) Acesso. As condições de chegada e partida durante todo o ano é considerado pela população como: ótimo (10); bom (8); médio (6); regular (4); péssimo (2); ou inexistente (0). d) Diversidade. Há mais de uma forma (10) ou apenas uma (0) de se chegar à comunidade.
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE AUXÍLIO À MANUTENÇÃO DA SAÚDE E CONTROLE DAS DOENÇAS	Descreve os equipamentos e serviços de assistência e de suporte à saúde disponíveis à população: a) Posto de saúde. Existe (10) ou não (0) na comunidade posto de saúde instalado e com continuidade de atendimento. b) Médico regular. Há (10) ou não (0) a presença regular de profissional médico. c) Farmácia. A comunidade dispõe (10) ou não (0) de estabelecimento para aquisição de medicamentos. d) Controle de endemias. O controle sanitário de endemias pelos agentes de saúde é contínuo (10) ou não (0).
ACESSO AOS EQUIPAMENTOS E MECANISMOS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FORMAL	Disponibilidade de escolas para os diferentes níveis de formação na comunidade: a) Educação infantil. Há na comunidade (10) ou não (0) ensino dirigido às crianças em idade pré-escolar. b) Ensino fundamental. Há na comunidade (10) ou não (0) ensino da 1ª à 9ª série. c) Ensino médio. Os comunitários dispõem (10) ou não (0) de ensino médio regular. d) Ensino técnico. Há na comunidade (10) ou não (0) algum sistema de ensino profissionalizante. e) Educação de Jovens e Adultos. Há na comunidade (10) ou não (0) oferecimento de educação de jovens e adultos. f) Cursos de aprimoramento ou extensão. São disponibilizados à comunidade (10) ou não (0) com regularidade cursos de aperfeiçoamento, formação ou em técnicas específicas, de interesse dos comunitários.

Fonte: Adaptado de MARIOSA et al., 2014.

O plano amostral foi delineado a partir da distribuição espacial das residências localizadas nas comunidades Tatulândia, São João do Tupé, Agrovila, Julião e Livramento. Previamente, em levantamento censitário, as construções foram identificadas por suas respectivas coordenadas geográficas e destino dado aos imóveis. As residências de cada comunidade foram separadas das outras formas de uso, como prédios públicos, de uso coletivo, usadas para veraneio, comércio ou lazer, na expectativa de contemplar apenas os moradores fixos de cada comunidade. A partir da distribuição espacial das residências e para efeito de cálculo dos indicadores de qualidade socioambiental, foram consideradas somente aquelas localizadas no núcleo central das comunidades: Agrovila, 130 moradias; Julião, 150; Livramento, 124; São João do Tupé, 137; e Tatulândia, 38. A composição populacional foi estimada entre as faixas etárias: de 0 a 9 anos, 320 indivíduos; de 10 a 19, 280; de 20 a 64 anos, 520; e acima de 65 anos, 75.

Para a montagem das tabelas e construção dos indicadores de cada uma das variáveis, as notas dadas a cada quesito foi multiplicada pelo número de residências das comunidades, ponderando-se, assim, a situação particular de cada comunidade no contexto da RDS do Tupé.

Na sequência, as equipes de campo foram orientadas sobre o preenchimento de cada item do instrumento de coleta de dados e do termo de consentimento livre e esclarecido para os casos em que as entrevistas com informantes das comunidades foram necessárias. Embora o processo de construção do instrumento tenha iniciado em 2010, as coletas de dados ocorreram nos meses de janeiro e julho do ano de 2012 e sua análise em período posterior. Os resultados são a seguir apresentados e discutidos à luz do referencial teórico e dos objetivos propostos.

A qualidade socioambiental das comunidades da RDS do Tupé

Em relação às comunidades ribeirinhas da RDS do Tupé, as condições de apoio comunitário e das variáveis de interatividade expressas nas “estruturas de suporte às atividades coletivas” que as compõem encontram-se sintetizadas nas tabelas de 1 a 6.

Observe-se a Tabela 1, que trata das condições de mobilidade e acesso às comunidades.

A estrutura de suporte às atividades coletivas, em seu aspecto das condições de acesso e mobilidade entre as comunidades, é fortemente influenciada pelas características geográficas singulares em que está situada. A grande dificuldade é, sem dúvida, a impossibilidade de acesso por via terrestre. Na época seca, em que os cursos caudalosos dos igarapés reduzem-se a filetes de água que podem ser transpostos a pé, barcos não chegam às comunidades mais distantes. Internamente, para ligar as comunidades, estradas e ruas não existem. Os caminhos e “picadas” no meio da mata dificilmente podem ser percorridos carregando pesos ou à noite. Isso faz com que os moradores fiquem em total dependência de barcos a motor, de alto custo de investimento e manutenção, ou de canoas que de tão pequenas não resistem aos “banzeiros” e às indeterminações do clima.

Mais adiante, conforme demonstrado na Tabela 2, que trata das condições de acesso regular aos meios de veiculação da informação, vê-se que a situação dos moradores da RDS do Tupé, guardadas as devidas proporções, é até confortável.

De modo geral, os moradores das comunidades ribeirinhas da RDS Tupé têm acesso regular aos principais veículos e formas de transmissão de dados e informações. Entretanto, condições democráticas de acesso aos veículos ou meios de comunicação não existem de forma satisfatória, pois só são oferecidas ou estão presentes naquelas comunidades que já dispõem de energia elétrica abastecida por concessionária do serviço público ou para os moradores que se deslocam com frequência até Manaus e têm condições financeiras para adquirirem com regularidade jornais e revistas, por exemplo. Note-se que o poder aquisitivo da população também é o diferencial que torna possível a aquisição de equipamentos e serviços custosos, como o são a telefonia móvel e os canais de televisão por assinatura.

Tabela 1- Apoio Comunitário: Estruturas de Suporte à Vida Coletiva - Condições de Acesso às Comunidades ribeirinhas da RDS Tupé - Manaus – Amazonas.

Indivíduos	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	
Peso Aplicado	4	4	8	6	6	3162
Sub - Total	520	600	992	822	228	

Transporte Coletivo	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	
Peso Aplicado	4	6	8	6	6	3462
Sub - Total	520	900	992	822	228	

Carga	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	
Peso Aplicado	4	4	8	6	6	3162
Sub - Total	520	600	992	822	228	

Acesso Terrestre	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	
Peso Aplicado	2	0	0	0	0	260
Sub - Total	260	0	0	0	0	

Acesso Fluvial	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	
Peso Aplicado	4	4	8	6	6	3162
Sub - Total	520	600	992	822	228	

TOTAL						13208
IQSA MORADIAS - APOIO COMUNITÁRIO - ACESSO - PONDERAÇÃO 0 A 1	05 VARIÁVEIS		13208/28950			0,456
	579 EDIFICAÇÕES					
	28950 PONTOS POSSÍVEIS					

Fonte: Pesquisa de campo realizada entre janeiro de 2010 e dezembro de 2012

Na Tabela 3, são analisadas detalhadamente as fontes de acesso à energia elétrica. Essencial para que as famílias possam desfrutar um mínimo de conforto, guardar e preservar alimentos e alguns tipos de medicamento.

Em relação ao fornecimento de energia elétrica, as maiores dificuldades encontram-se justamente nas comunidades que ainda não foram contempladas por concessionárias do serviço público, em geral, porque elas simplesmente não existem, ou porque os imóveis localizam-se em pontos isolados, de difícil acesso ou impossibilitados por razões técnicas de receber cabeamento. Nesses casos, as alternativas são o uso de equipamentos que independem de eletricidade, aqueles movidos a gasolina ou óleo

diesel, portanto de elevado custo de operação e manutenção.

A disponibilidade de transporte adequado oferecido à população é analisada na Tabela 4.

As condições gerais de transporte estão longe de ser as mais adequadas. Primeiro, porque movimentar-se além dos limites externos da RDS Tupé só é possível por meio de transporte aquático. As poucas opções oferecidas não contam com regularidade e diversidade e são de custo elevado para os padrões de renda da população. Nas comunidades, os pontos de acesso são irregulares, sazonais, em virtude da forte alteração do nível das águas, e não possuem nenhuma estrutura de acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência física que permita que elas se locomovam autonomamente.

Tabela 2 - Apoio Comunitário: Estruturas de Suporte à Vida Coletiva - Comunicação - Comunidades ribeirinhas da RDS Tupé - Manaus – Amazonas.

Celular	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	5790
Peso Aplicado	10	10	10	10	10	
Sub - Total	1300	1500	1240	1370	380	

Sinal de TV Aberta	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	0
Peso Aplicado	0	0	10	0	0	
Sub - Total	0	0	0	0	0	

Conexão com Internet	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	5790
Peso Aplicado	10	10	10	10	10	
Sub - Total	1300	1500	1240	1370	380	

TV Paga	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	5790
Peso Aplicado	10	10	10	10	10	
Sub - Total	1300	1500	1240	1370	380	

Telefone Público	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	5410
Peso Aplicado	10	10	10	10	0	
Sub - Total	1300	1500	1240	1370	0	

TOTAL						22780
IQSA MORADIAS - APOIO COMUNITÁRIO - COMUNICAÇÃO - PONDERAÇÃO 0 A 1	05 VARIÁVEIS		22780/28950			0,786
	579 EDIFICAÇÕES					
	28950 PONTOS POSSÍVEIS					

Fonte: Pesquisa de campo realizada entre janeiro de 2010 e dezembro de 2012

Entre os direitos sociais, destacam-se a saúde, a previdência e a assistência social, que compõem o referencial da Seguridade Social previsto no artigo 194 da Constituição Brasileira de 1988, além da educação. Em relação aos equipamentos e serviços de auxílio à manutenção da saúde e controle das doenças, os dados contidos na Tabela 5 são bastante esclarecedores.

Entre as 5 comunidades ribeirinhas que compõem a RDS do Tupé, apenas a de Nossa Senhora do Livramento conta com posto de saúde, médico regular, farmácia e o atendimento, segundo o depoimento dos moradores, nem sempre constante de uma assistente social. Deste modo, o adoecer para o comunitário transforma-se em drama de difícil solução e encaminhamento. Único

ponto favorável é o controle de endemias, que é realizado com regularidade em todas as comunidades, com exceção da Tatulândia, que nem ao mínimo desfruta desta atenção.

Por fim, detalhadamente expostas na Tabela 6, estão as variáveis que denotam as condições de acesso aos equipamentos e mecanismos de desenvolvimento da educação formal.

Tabela 3 - Apoio Comunitário: Estruturas de Suporte à Vida Coletiva - Energia - Comunidades ribeirinhas da RDS Tupé - Manaus – Amazonas.

Concessionário	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	104	84	99	0	0	2870
Peso Aplicado	10	10	10	10	10	
Sub - Total	1040	840	990	0	0	
<hr/>						
Comunitário	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	0	7	0	12	0	114
Peso Aplicado	6	6	6	6	6	
Sub - Total	0	42	0	72	0	
<hr/>						
Individual	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	0	26	0	59	17	204
Peso Aplicado	2	2	2	2	2	
Sub - Total	0	52	0	118	34	
<hr/>						
Outro/Não Possui	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	11	16	5	21	13	0
Peso Aplicado	0	0	0	0	0	
Sub - Total	0	0	0	0	0	
<hr/>						
Não Informado	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	15	17	20	45	8	0
Peso Aplicado	0	0	0	0	0	
Sub - Total	0	0	0	0	0	
<hr/>						
TOTAL						3188
<hr/>						
IQSA MORADIAS - APOIO COMUNITÁRIO - TRANSPORTE - PONDERAÇÃO 0 A 1	01 VARIÁVEL		105 não informados		3188/4740	0,672
	579 EDIFICAÇÕES		1050 pontos a deduzir			
	5790 PONTOS POSSÍVEIS		4740 pontos a considerar			

Fonte: Pesquisa de campo realizada entre janeiro de 2010 e dezembro de 2012

Tabela 4 - Apoio Comunitário: Estruturas de Suporte à Vida Coletiva - Transporte - Comunidades ribeirinhas da RDS Tupé - Manaus – Amazonas.

Regularidade	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	4110
Peso Aplicado	0	10	10	10	0	
Sub - Total	0	1500	1240	1370	0	
<hr/>						
Custo	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	1990
Peso Aplicado	0	5	10	0	0	
Sub - Total	0	750	1240	0	0	
<hr/>						
Acesso	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	2736
Peso Aplicado	4	4	8	4	2	
Sub - Total	520	600	992	548	76	
<hr/>						
Diversidade	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	0
Peso Aplicado	0	0	0	0	0	
Sub - Total	0	0	0	0	0	
<hr/>						
TOTAL						8836
<hr/>						
IQSA MORADIAS - APOIO COMUNITÁRIO - TRANSPORTE - PONDERAÇÃO 0 A 1	04 VARIÁVEIS		8836/23160		0,381	
	579 EDIFICAÇÕES					
	23160 PONTOS POSSÍVEIS					

Fonte: Pesquisa de campo realizada entre janeiro de 2010 e dezembro de 2012

Tabela 5 - Apoio Comunitário: Estruturas de Suporte à Vida Coletiva - Saúde - Comunidades ribeirinhas da RDS Tupé - Manaus - Amazonas

Posto de Saúde	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	1240
Peso Aplicado	0	0	10	0	0	
Sub - Total	0	0	1240	0	0	
<hr/>						
Médico Regular	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	1240
Peso Aplicado	0	0	10	0	0	
Sub - Total	0	0	1240	0	0	
<hr/>						
Farmácia	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	1240
Peso Aplicado	0	0	10	0	0	
Sub - Total	0	0	1240	0	0	
<hr/>						
Controle de Endemias	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	5380
Peso Aplicado	10	10	10	10	0	
Sub - Total	1300	1500	1240	1340	0	
TOTAL						9100
<hr/>						
IQSA MORADIAS - APOIO COMUNITÁRIO - SAÚDE - PONDERAÇÃO 0 A 1	04 VARIÁVEIS		9100/23160			0,393
	579 EDIFICAÇÕES					
	23160 PONTOS POSSÍVEIS					

Fonte: Pesquisa de campo realizada entre janeiro de 2010 e dezembro de 2012

Pelos valores médios apresentados, observa-se que o acesso à educação formal é extremamente precário para a população ribeirinha da RDS Tupé: não há salas de aula dirigidas à educação infantil ou de ensino técnico; o ensino médio só existe na comunidade Livramento; e programas de educação de jovens e adultos, com regularidade, apenas acontecem nas comunidades São João do Tupé e Livramento. Como ponto positivo, destaca-se o oferecimento de cursos de aprimoramento ou capacitação específica para a área ambiental.

Finalmente, conforme pode ser constatado no Gráfico 1, a pontuação obtida em cada uma das variáveis constituintes do apoio comunitário, em seu aspecto de estrutura de suporte às atividades coletivas da RDS do Tupé, é comparada com as demais.

Considerando-se o Índice de Qualidade Socioambiental (IQSA) de 0,518, obtido pela média aritmética entre o conjunto das variáveis, tem-se um padrão de referência mediano para o conjunto de indicadores da RDS do Tupé.

Entretanto, nos quesitos transporte, saúde e educação, os índices estão, numa escala de 0 a 1, abaixo dos 43%.

Contradições da qualidade socioambiental das comunidades ribeirinhas da RDS do Tupé

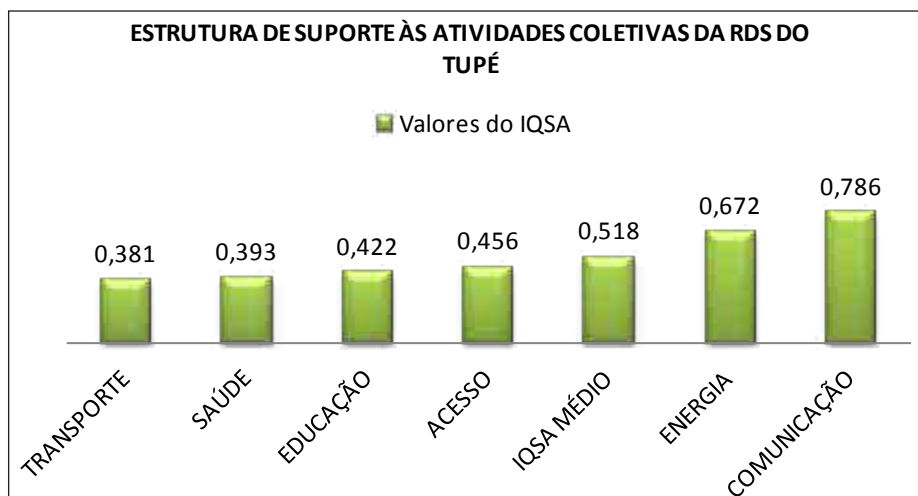
Ter direitos não significa, necessariamente, que se possa tê-los de fato ou gozá-los. Na expectativa da consecução dos direitos sociais básicos, foram aqui analisadas as variáveis que compõem a estrutura básica de suporte às atividades coletivas no conjunto das comunidades ribeirinhas da RDS do Tupé. O foco do estudo ficou restrito à constatação da existência ou não de equipamentos básicos que garantam aos moradores condições de mobilidade e acesso às comunidades, acesso à informação, ao fornecimento de energia elétrica, transporte adequado, saúde e educação, não avaliando a qualidade dos serviços oferecidos. Como resultado da análise, os indicadores apresentados mostram que

Tabela 6 - Apoio Comunitário: Estruturas de Suporte à Vida Coletiva - Educação - Comunidades ribeirinhas da RDS Tupé - Manaus - Amazonas

Educação Infantil	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	0
Peso Aplicado	0	0	0	0	0	
Sub - Total	0	0	0	0	0	
<hr/>						
Ensino Fundamental	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	5410
Peso Aplicado	10	10	10	10	0	
Sub - Total	1300	1500	1240	1370	0	
<hr/>						
Ensino Médio	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	1240
Peso Aplicado	0	0	10	0	0	
Sub - Total	0	0	1240	0	0	
<hr/>						
Ensino Técnico	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	0
Peso Aplicado	0	0	0	0	0	
Sub - Total	0	0	0	0	0	
<hr/>						
Educação de Jovens e Adultos	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	2610
Peso Aplicado	0	0	10	10	0	
Sub - Total	0	0	1240	1370	0	
<hr/>						
Cursos de Aprimoramento ou de Extensão	Agrovila	Julião	Livramento	São João	Tatulândia	TOTAL
	130	150	124	137	38	5410
Peso Aplicado	10	10	10	10	0	
Sub - Total	1300	1500	1240	1370	0	
<hr/>						
TOTAL						14670
<hr/>						
IQSA MORADIAS - APOIO COMUNITÁRIO - EDUCAÇÃO - PONDERAÇÃO 0 A 1	06 VARIÁVEIS		14670/34740			0,422
	579 EDIFICAÇÕES					
	34740 PONTOS POSSÍVEIS					

Fonte: Pesquisa de campo realizada entre janeiro de 2010 e dezembro de 2012

Gráfico 1 - Comparativo entre os indicadores de qualidade socioambiental da RDS do Tupé analisados.



a população não desfruta de acesso adequado aos itens que garantem as condições mínimas de qualidade de vida no espaço ambientalmente protegido que ocupam. A partir dos marcos teóricos propostos e dos resultados alcançados na pesquisa de campo, discutem-se agora elementos que podem auxiliar na compreensão da dicotomia entre espaço protegido e os moradores que o ocupam.

As questões tratadas no âmbito das políticas sociais têm, no território, sua concretude e materialidade. Territórios não são homogêneos, mas estruturalmente desiguais. A RDS do Tupé, mesmo estando próxima geograficamente de Manaus, não desfruta de condições adequadas de acesso a serviços, equipamentos e direitos básicos de cidadania que a população manauara e outras, situadas em grandes centros urbanos, desfrutam. No presente estudo, é apontado como elemento explicativo para as desigualdades, lacunas e deficiências encontradas a influência de dois conjuntos de fatores: as variantes ambientais, de um lado; e as práticas sociais presentes naquele meio, de outro.

Da perspectiva do que prescreve o texto constitucional, como obrigação do Estado e dever do cidadão, observou-se que, na área de estudo investigada, ações, como as de sair e entrar da reserva, mover-se em seu interior ou entre as comunidades, são fortemente influenciadas pelas características geográficas do ambiente. A grande dificuldade é, sem dúvida, a impossibilidade de os moradores e visitantes se deslocarem por via terrestre. Mas, na intenção de proteger seu valor paisagístico e sua biodiversidade, por meio de dispositivos legais e fiscalização constante, são colocados limites à forma de ocupação e uso do espaço, impedindo que as conquistas sociais sejam materialmente incorporadas nos equipamentos, bens e recursos disponibilizados à população, dado o impacto ambiental que poderiam ocasionar.

O acesso regular aos principais veículos e forma de transmissão de dados e informações, como canais de televisão, jornais, rádios e revistas, o que poderia suprir eventuais dificuldades ou lacunas proporcionadas pelos limites impostos pela mobilidade na área da reserva, também sofre restrições socioeconômicas e ambientais. Primeiro, porque tais recursos só são oferecidos ou estão presentes nas comunidades

já contempladas com rede pública de energia elétrica ou sem barreiras naturais para a propagação das frequências de rádio, sinal de celular e de canais da televisão aberta; segundo, porque o acesso à informação é mais provável que aconteça para os moradores com condições financeiras suficientes para adquirirem com regularidade jornais e revistas nas viagens que fazem até Manaus, ou contratarem serviços de telefonia móvel, conexão com internet e canais de televisão por assinatura.

Outro ponto importante analisado neste estudo é a disponibilidade de fornecimento de energia elétrica, não apenas pelo conforto que proporciona, mas, também, pela segurança que a iluminação oferece em pontos de acesso e concentração de pessoas e de vias de tráfego, pela possibilidade de conservação de alimentos e medicamentos e pelo uso de máquinas e equipamentos elétricos. Devido à dificuldade de instalar linhas de transmissão de energia e graças ao pequeno número de potenciais consumidores e sua baixa renda, apenas recentemente as comunidades foram contempladas por serviços oferecidos por concessionária do serviço público. Para os casos de imóveis localizados em pontos isolados, de difícil acesso ou que, por razões técnicas, acham-se impossibilitados de receber cabeamento, as opções continuam sendo o uso de geradores particulares, movidos a gasolina ou óleo diesel, e claro, elevado custo de operação e manutenção.

A autonomia em relação ao território depende, também, das condições gerais de locomoção e da liberdade de ir e vir. Na RDS Tupé, isto só é possível por meio de transporte aquático, com todos os inconvenientes climáticos a que este tipo de locomoção está sujeito: chuvas, ventos e banheiros; alteração significativa dos níveis dos rios e igarapés entre as estações; dificuldade de navegação noturna; ou de ancoragem dos barcos. Além disso, a regularidade, o custo e a diversidade oferecidos para o transporte esbarram, de um lado, na viabilidade econômica do negócio para os transportadores e, de outro, na baixa intensidade do fluxo de pessoas e cargas entre a RDS Tupé e Manaus ou entre as comunidades. Vale lembrar que os barcos regulares que transportam os moradores para Manaus cobram em torno de R\$ 6,00 por passagem, nos trechos mais curtos, e até R\$ 20,00 para

as maiores distâncias, sendo que os moradores recebem em média R\$ 200,00 por mês em suas atividades econômicas e que não contam com nenhum benefício comum nos centros urbanos, como vale transporte, passe escolar, gratuidade de passagem para idoso, entre outros. Por fim, a ausência de caminhos regulares, estradas ou ruas carroçáveis fazem com que o tráfego interno seja feito única e exclusivamente a pé. Mesmo a tração animal é inexistente na área da RDS do Tupé. Neste particular, as condições precárias do território físico estão diretamente relacionadas às condições economicamente precárias de seus ocupantes.

A RDS não possui equipamentos mínimos para a atenção primária à saúde de seus moradores. Com exceção da comunidade Livramento, não há nas comunidades posto de saúde com médicos regulares, farmácia e atendimento de urgência. Os moradores são atendidos por mutirões de saúde ou por agentes de saúde locais. Deve-se considerar que a manutenção de condições estáveis de saúde é fator relevante para determinar a qualidade de vida da população. Ser ou estar saudável passa pela experiência de cada um e isso depende de tempo, lugar, posição social e classe econômica. Mas, ao elencar as condições físicas, mentais e sociais do bem-estar, a definição de saúde inclui o meio ambiente, ou seja, o círculo de relações com o espaço no qual se está inserido. É dessa forma que os “determinantes sociais da saúde” fazem referência a toda gama de influências a que as pessoas estão expostas ao longo de suas existências (BUSS; PELLEGRINI, 2007; SCLiar, 2007). O estado de saúde está vinculado à qualidade de moradia, educação, transporte, trabalho, alimentação e, inclusive, do sistema de saúde disponível ou da rede de cobertura a que se tem acesso. Essas circunstâncias, porém, não estão dadas aleatoriamente. Há uma relação direta disso com a forma como ocorre a distribuição da riqueza, do poder e de recursos em nível global, nacional e local. E tais distribuições são naturalmente influenciadas pelo jogo das decisões políticas. Desse modo, quando surgem diferenças injustas e evitáveis no estado de saúde, estas se devem imediatamente às desigualdades impostas pelo sistema em que os recursos simbólicos, materiais e de poder estão distribuídos. E se a política é o resultado das vontades em ação, então as condições em

que ocorrem as iniquidades em saúde podem ser modificadas.

As garantias constitucionais de acesso à educação pela população ribeirinha da RDS Tupé não estão totalmente contempladas. De fato, nenhuma das comunidades possui oferecimento regular de salas de aula dirigidas à educação infantil ou de ensino técnico. O ensino médio só é oferecido na comunidade Livramento, e programas de educação de jovens e adultos estão disponíveis apenas nas comunidades São João do Tupé e Livramento. Vale destacar o esforço das diversas instituições que trabalham na RDS do Tupé em levar cursos de aprimoramento ou específicos para o desenvolvimento de habilidades, como o trabalho no campo, artesanato, educação ambiental ou aproveitamento econômico de produtos florestais não-madeireiros. Neste aspecto, a situação dos comunitários da Tatulândia difere das demais, já que eles não dispõem em seu espaço de nenhuma estrutura de educação, nem mesmo de ensino fundamental. Seus jovens estudam, mas em outras comunidades para as quais têm que se deslocar em viagens de barco.

Se o texto constitucional claramente define itens como a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados como direitos sociais para os quais o poder público deve criar condições para sua efetivação, como visto, isto não ocorre de maneira homogênea. A hierarquização dos territórios e sua separação em centros privilegiados para investimentos ou seu isolamento como área de proteção ambiental impõem processos de marginalização das comunidades humanas situadas nestes locais.

Considerando-se exclusivamente a população tradicional que mantém moradia fixa nas comunidades ribeirinhas da RDS do Tupé, pode-se dizer que esses moradores vivem uma situação ambígua e contraditória. No território que ocupam, opõem-se duas lógicas distintas: de um lado, a “preservação” dos meios tradicionais de existência; de outro, a necessidade de incorporar benefícios e garantias sociais outorgadas como direito a todos os cidadãos brasileiros. Para preservar, mantém-se o espaço como está; para garantir qualidade de vida e fruição de direitos de seus moradores é necessário alterá-lo, dinamizá-lo, transformá-lo. A contradição emerge,

assim, do embate das mesmas forças. Enquanto o dinamismo tecnológico do polo industrial da metrópole manauara opera para gerar riquezas, as pressões ambientalistas para a conservação da floresta amazônica geram também a miséria e processos de exclusão social, expondo a população a diferentes fatores de risco à qualidade de vida.

Considerações finais

Ao longo do texto, procurou-se evidenciar, mediante a análise das estruturas de suporte às atividades coletivas nas comunidades ribeirinhas da RDS do Tupé, que ter direitos sociais básicos previstos na legislação não significa que seus beneficiários a eles têm acesso adequado e suficiente.

Diante dos resultados da discussão sobre a qualidade socioambiental das comunidades, o presente estudo volta-se à questão da contradição que emerge da efetivação de duas lógicas distintas. A que se dá entre as áreas de proteção ambiental e os territórios onde as políticas públicas de atenção à população devem se realizar. A região da RDS Tupé é um claro exemplo de tais contradições: é uma área de preservação muito próxima geograficamente de um grande centro urbano, Manaus, mas que dele se acha distante, especialmente, em relação à mobilidade de seus moradores. O deslocamento, que é feito somente por meio fluvial, caro e inoperante em determinados períodos do ano devido às condições climáticas, impede indiretamente o acesso aos direitos sociais básicos.

O estudo aponta que particularmente a população que vive neste território, definida como povos e comunidades tradicionais, vivencia no cotidiano o acesso insuficiente ou inadequado aos serviços de educação e saúde, transporte, informação e até energia elétrica, preconizados como direitos de cidadania. Mas, por força dos mecanismos marcadamente econômicos de diferenciação, o espaço da RDS é visto como um “paraíso”, uma área legalmente protegida de qualquer ameaça às suas belezas naturais, oferecendo-se como espaço de lazer, para aqueles que têm condições de usufruir de seus recursos paisagísticos.

Para gestores, formuladores de políticas públicas e os que acadêmica e profissionalmente

trabalham com as expressões da questão social no modo capitalista de produção, conhecer e estudar o território de populações, como a ribeirinha da RDS Tupé, possibilita desvelar as contradições vivenciadas quando, em nome da preservação do ambiente, legítima e necessária, no tocante à fruição de direitos sociais básicos previstos na Constituição Brasileira, povos e comunidades tradicionais são excluídos e marginalizados.

Referências Bibliográficas

ALVES DA SILVA, Eugênio. As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais, **Revista Angolana de Sociologia**, n. 12, p. 77-99, 2013.

ANDRADE, T. K. Migração e áreas protegidas periurbanas: um ensaio tipológico na RDS Tupé. In: SANTOS-SILVA, E. N.; SCUDELLER, V. V.; CAVALCANTI, M. J. (Orgs.). **Biotupé: Meio Físico, Diversidade Biológica e Sociocultural do Baixo Rio Negro, Amazônia Central**. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2011. v. 3.

BHANDARI, B. B. **Participatory Rural Appraisal (PRA)**. Virgínia: Institute for Global Environmental Strategies (IGES), 2003. Disponível em http://enviroscope.iges.or.jp/modules/envirolib/upload/1831/attach/module4_pra.pdf. Acesso em: 11 jul. 2014.

BRASIL **Decreto-Lei nº 6040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n.28, p. 316-317, 8 de fevereiro de 2007. Seção 1.

BRITO, F.; SOUZA, J. de. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, dez. 2005.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI F°, A. A Saúde e seus Determinantes Sociais. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(1): 77-93, 2007.

FARIA, R. M. A atenção primária, o território e as redes de atenção: intercambiamentos necessários para a integração das ações do Sistema Único de Saúde (SUS) em Minas Gerais. **Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde** (Uberlândia), v. 10, p. 8-23, 2014.

FERNANDES, F. Tiago Marques Aipobureu: um bororo marginal. **Tempo Social**, v. 19, n. 2, p. 293–323, nov. 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000: Agregado por setores censitários dos resultados do universo**. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

KOGA, D. **Medidas de Cidades entre territórios de vida e territórios vividos**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

LIMA-COSTA, M. F.; BARRETO, S. M. Tipos de estudos epidemiológicos: conceitos básicos e aplicações na área do envelhecimento. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 12, n. 4, dez. 2003.

MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARIOSIA, D. F. et al. **Ribeirinhos do Rio Negro**: um estudo da qualidade socioambiental. Curitiba: Editora CRV, 2014.

OLIVEIRA, C. R.de; OLIVEIRA, R. C. de. Direitos sociais na constituição cidadã: um balanço de 21 anos. **Serviço Social & Sociedade**, n. 105, p. 5–29, mar. 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS-SILVA, E. N. et al. (Orgs.) **Biotupé**: meio físico, diversidade biológica e sociocultural do baixo rio Negro, Amazônia Central. Manaus: Editora INPA, 2005. v. 1.

SCLIAR, M. História do conceito de saúde. **Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.29-41, 2007.

SILVA, S. L. da. Identidade e Complexidade: uma sociologia para os elementos emergentes da sociedade atual. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 1, n. 9, p. 1–14, 2000.